

“PERSONALIDADE” E POSITIVISMO EM ADORNO
“PERSONALITY” AND POSITIVISM IN ADORNO

Virginia Costa¹

Resumo: O texto pretende pensar de que forma a concepção de “personalidade” é externa ao debate psicanalítico e teórico crítico, estando, em um primeiro momento, vinculado a um contexto científico sociobiológico estadunidense apresentado por Donna Haraway. Especula-se se teria vindo daí a acusação de positivismo recebida pela publicação da obra *Estudos sobre a personalidade autoritária* por Theodor Adorno. Para tanto, procurou-se analisar também como o autor entende que deva ser uma pesquisa empírica à luz da teoria crítica e seu posicionamento em relação ao positivismo, ao lado daquele de Max Horkheimer, diretor do Instituto de Pesquisa Social e Diretor da Pesquisa sobre Preconceito.

Palavras-chave: Personalidade; Ciência; Pesquisa; Positivismo; Técnica. Dominação.

Abstract: The text intends to reflect on how the concept of “personality” is external to the psychoanalytic and critical theoretical debate, being related, at first, to an American sociobiological scientific context presented by Donna Haraway. We speculate whether the accusation of positivism received by the publication of Theodor Adorno's work *Studies on the Authoritarian Personality* came from this research area. We also try to analyze how the author understands that an empirical research should be for critical theory and his position regarding positivism, alongside that of Max Horkheimer, director of the Institute for Social Research and Director of the Studies on Prejudice.

Keywords: Personality; Science; Research; Positivism; Technique. Domination.

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da FFLCH-USP; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9287-4634>; E-mail: virginiahelena.costa@gmail.com

Introdução

Durante uma pesquisa acerca dos *Estudos sobre a personalidade autoritária* (1950) de Theodor W. Adorno et al., é coerente que se façam ao menos duas perguntas sobre o livro. Primeiro: onde o autor se baseou para pensar o conceito de “personalidade”? – uma vez que este não é mencionado em suas obras prévias, quase não aparece na teoria freudiana sobre a qual o seu pensamento psicanalítico se volta e, de forma impressionante, praticamente não é abordado no interior do livro. E a segunda questão: o conceito de “personalidade” não estaria, de certa forma, relacionado com a acusação de positivismo pela qual a obra foi tão atacada na época de sua publicação? Será que haveria algo da noção da personalidade que viria de fora do ambiente teórico crítico e que estaria relacionado a técnicas científicas de pesquisas empíricas que supostamente reduziriam a complexidade humana e social a meros dados classificáveis e manipuláveis, tal qual o positivismo?

De modo nem tão surpreendente, irei demonstrar que é na pesquisa empreendida por Donna Haraway que o conceito de “personalidade” é esclarecido em seu contexto de desenvolvimento dominador nas ciências biológicas durante o capitalismo monopolista. É a partir deste ambiente que a noção de “personalidade” na sociobiologia teria aberto espaço para uma psicologia com vertentes socialmente adequadoras e revisionistas nos Estados Unidos da América, justamente aquelas que Adorno combatia. Por fim, questionarei se o autor desenvolveu técnicas de pesquisa empírica nas ciências sociais similares àquelas do positivismo mediante a análise da relação entre teoria-empíria, ou sujeito-objeto, envolvida nos *Estudos sobre a personalidade autoritária*, bem como seus impactos na noção de natureza humana concebida como antropologia histórica.

Deste modo, a interpretação aqui proposta visa vincular de modo surpreendente a Teoria Crítica em sua primeira geração em um texto ainda pouco lido e debatido no interior da fortuna crítica a um debate ainda florescente no país, a saber, os estudos de gênero, epistemologia e biologia oriundos do cenário crítico-desconstrutivo da teórica Donna Haraway. Em tal encontro bastante inusitado em um terreno interdisciplinar entre revisionismo psicanalítico, feminismos, epistemologia, filosofia e sociologia – como é próprio da Teoria Crítica -, desdobra-se a hipótese original de pesquisa aqui proposta de se conceber o desdobramento conceitual da noção de “personalidade” no ambiente estadunidense dos anos 1920-1940.

Haraway e as tecnologias de poder na sociobiologia

Em seu terceiro capítulo intitulado “A empreitada biológica: sexo, mente e lucro da engenharia humana à sociobiologia” do livro recentemente traduzido “A reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres” (1991/2023), Haraway tem por intuito demonstrar como as definições de natureza, corpo e conhecimento são concebidas segundo disputas econômico-políticas, de forma que as construções epistemológicas das ciências são carregadas de poder.

A linha temporal do capítulo é descrita pela autora segundo duas partes: a que segue até a segunda guerra mundial, em que a sociobiologia é pautada pelo conceito de personalidade fundamentada na fisiologia de Robert Yerkes, cujo paradigma é substituído pelo de Edward Wilson, a partir do pós-segunda guerra, momento em que a biologia dá lugar a um sistema matemático da engenharia de dispositivos automatizados e cibernéticos, uma ciência de agrupamentos genéticos reprodutores.

O que é interessante trazer para o ambiente dos *Estudos sobre a personalidade autoritária* é que, segundo Haraway, afinado com a fase do capitalismo monopolista, o intuito de Yerkes não era pensar a sociobiologia a partir da repressão, mas fomentar harmonia, cooperação, ajustamento, adaptação, administração racional, estabilização, organização e gerenciamento, em uma interação complexa e hierárquica da mente sobre o sexo.

A partir disso, entre 1924 e 1942, financiado pela fundação Rockefeller, Yerkes estabelece na Universidade de Yale o primeiro laboratório permanente de pesquisa de grandes primatas antropoides enquanto modelos de seres humanos. O principal estudo desenvolvido se centra em interações de dominância e cooperação em famílias de chimpanzés, onde se procurou testar comportamentos em relação à distribuição de alimentos, manifestação de status, controle social e tipos de personalidade feminina e masculina. Para Yerkes, que se compreendia politicamente liberal, a igualdade entre os sexos significaria que ambos eram biologicamente iguais em ideação e força. Mas, havia diferenças hormonais que culminavam em dicotomias na expressão dos antropoides. Para marcar essa diferença do estado interno dos impulsos hormonais que chegavam a se expressar em diversos comportamentos, foram cunhadas as personalidades masculina e feminina.

Em paralelo, “a existência de diferenças em chimpanzés nas ‘técnicas de controle social’ sugeria que os modos humanos também eram psicobiologicamente legitimados e

inevitáveis.” (Haraway, p. 128) A personalidade masculina seria predominantemente autodistrativa, e o macho parecia estar sempre se esforçando para ofuscar a percepção de sua subordinação. Já a personalidade feminina seria propensa a buscar favores, dotada de artimanhas e astúcia enganadora; usaria da atração sexual e formas variadas de aliciamento; seria como um camaleão, uma criatura de múltiplas personalidades.

A separação “natural” e “biológica” da família dos chimpanzés foi tomada como modelo para a divisão do trabalho e organização social. Tais conotações, que tinham uma relação inicial que confundia “naturalização sexual” com estereótipos de gênero, foram rapidamente extrapoladas para níveis mais amplos, abordando noções específicas de como cada tipo de personalidade poderia ser racionalmente aproveitada pela sociedade.

Se os impulsos e a personalidade pudessem ser medidos mais cedo, um tratamento apropriado poderia ser iniciado. (...) Se no homem a dominância como um traço de personalidade é altamente correlacionada de forma positiva com a liderança, como evidentemente o é nos chimpanzés; se é uma condição da ou marcadamente favorável à iniciativa individual, do interesse examinativo, da inventividade e da criatividade; e se, além disso, se provasse ser mensurável com confiabilidade durante a infância, ela pode muito bem vir a ter valor conspícuo como indicador de aptidões vocacionais e utilidade social e, portanto, também como a base para tratamento educacional diferenciado. (Haraway, pp. 129-30)

É cunhada, então, uma relação direta entre natureza, personalidade, cultura e engenharia humana nos anos 1930 na pesquisa científica da sociobiologia norte-americana. “A primatologia servia como mediadora entre vida e ciências humanas em um período crítico de reformulação das doutrinas sobre natureza e cultura.” (Haraway, p. 130)

A autora nos alerta, ainda, que Yerkes era movido por uma ideologia do humanismo liberal: após a escravidão, o sistema racionalizado de cooperação pela adaptação de cada personalidade a seu lugar apropriado na indústria teria substituído a luta de classes em um momento de proveitosa harmonia social.

Pela lógica de Yerkes, igualdade era o direito de todos de ocupar seu lugar natural determinado pela ciência desinteressada. Diferenças eram o assunto essencial da nova ciência. A pesquisa de pessoal deveria fornecer informação confiável para o gerente de contratação e aconselhamento vocacional apropriado para a “pessoa”. As “vocações” em si mesmas eram vistas como produtos neutros do progresso industrial, de modo que o problema basicamente era o inventário humano em uma democracia. (Haraway, p. 132)

E isso incluía não apenas um gerenciamento do mercado sobre os indivíduos, mas das personalidades sobre si mesmas: as pulsões e instintos não deveriam mais ser reprimidos, mas moldados para serem compatíveis com o desenvolvimento industrial adequado.

Na produção científica que unia fisiologia, psicologia, antropologia, sociologia, administração, e que era dotada de finalidades políticas “liberais”, chegamos à categoria de personalidade enquanto unidade de natureza mensurável. Seu desenvolvimento era interessante, ainda, por reter uma conotação mais afastada de um materialismo estritamente sexual e instintual, havendo uma relação com o comportamento social; ao mesmo tempo, a personalidade é um conceito que permite aferições por métodos supostamente neutros e objetivos de testagem de dominância, inteligência, motivação e psicobiologia. Cito o próprio Yerkes: “agora a indústria tem oportunidades abundantes para desenvolver métodos adequados de mensurar pessoas com relação às qualidades de caráter, mente e corpo, e para tornar essa informação imediatamente disponível em conexão com colocação, escolha vocacional e orientação” (Yerkes, 1922, apud Haraway, p. 60, destaque meu).

No contexto de debate adorniano de administração social ao qual nos voltamos, não é difícil notar como o conceito de personalidade da sociobiologia teria preparado o terreno para receber o revisionismo da psicanálise neofreudiana que aterrissa nos Estados Unidos da América. São bastante conhecidas as passagens adornianas, para quem o neofreudianismo teria nivelado ou suavizado os “exageros” que refletem a radicalidade de Sigmund Freud². Tal fixidez pulsional presente na leitura dos revisionistas teria enfatizado o Eu no que concerne aos seus mecanismos de defesa, escamoteando os conflitos tanto psíquicos quanto sociais, fomentando, com isso, a adaptação individual em relação ao mundo exterior. Por consequência, para Adorno, na letra dos revisionistas

a teoria freudiana se transforma em mais um meio de integrar as moções psíquicas ao *status quo* social. (...) Esta aparência torna-se sempre mais onipresente a ideologia de um mundo que absorve por completo o indivíduo em uma organização sem lacunas, mas que permanece tão compulsivo e irracional quanto sempre foram os danos psicológicos do indivíduo. (Adorno, “A psicanálise revisada”, p. 69)

A oposição a tal sociologização da psicanálise fomentada pelo revisionismo neofreudiano é produzida juntamente com a diminuição do poder crítico da teoria psicanalítica, sendo

² Adorno foi explícito ao posicionar os *Estudos* contra as práticas teóricas do revisionismo neofreudiano: “Em bases teóricas, nosso grupo se opôs às tentativas de “sociologizar” a psicanálise as quais abrandam conceitos básicos, por exemplo, o inconsciente, a sexualidade infantil, o dinamismo psicológico da mônada, procurando por influências ambientais que teriam que ser registradas em termos do eu [*ego*], e não do inconsciente. (...) Onde quer que pareçamos permanecer dentro dos limites da psicologia social mais convencional, isso não se deve a nenhum viés “revisionista”, de nossa parte, mas às inevitáveis limitações metodológicas de nosso estudo. Levamos a psicanálise muito a sério para brincar com ela, em uma investigação que, na melhor das hipóteses, pode produzir um exame mais detalhado de apenas algumas entrevistas individuais dentre os casos que foram selecionados. Embora os dados coletados nessas entrevistas possam se mostrar significativos, não poderíamos afirmar que realmente analisamos nossos sujeitos.” (Adorno, *Observações sobre “A personalidade autoritária”*, p. 358-9)

possível averiguar a absorção de noções desenvolvidas por Freud pelo senso comum, descrição de uma adaptação metodológica e conceitual à hegemonia social.

Além disso, Adorno defende que, na ausência de separação entre indivíduo e sociedade, como em tal teoria revisionista da “socialização total”, nenhuma dialética seria possível. Isso porque a dialética não se resume às observações segundo as quais o indivíduo seria formado pela sociedade e a sociedade, por sua vez, seria composta de indivíduos. Assim, veremos como a psique individual reproduz os conflitos sociais, mas não como uma cópia simples e direta, mas mediada pela sexualidade, a agressividade e o inconsciente.

Estudos sobre a personalidade autoritária não são positivistas

Em *Teoria tradicional e teoria crítica* (1937), Max Horkheimer designa o positivismo como teoria tradicional que pretende se constituir como um conhecimento neutro e autônomo. Mas, ao se restringir à compilação de objetos analisados segundo métodos teóricos previamente definidos, tal teoria somente aparenta se aproximar da empiria. O caráter puramente descritivo dos fatos impede que sejam alcançadas suas gêneses sociais, ignorando as situações e os objetivos efetivos que os produzem. O pesquisador se vê impedido de se implicar na pesquisa, impossibilitando uma reflexão profunda e valorativa do cientista enquanto agente inserido no mesmo contexto factual analisado, afastando o pesquisador da experiência. A pretensa autonomia se converte na parcialidade da análise do objeto tomado como pronto e naturalizado. Isso implica, em última instância, em uma adequação do conhecimento científico às condições sociais que geraram tais fatos, isentando o pesquisador do compromisso ético de transformação social.

Tais concepções de Horkheimer são revisitadas por Adorno em algumas de suas produções, dentre elas em seu embate contra Karl Popper (“Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã”, 1961). Para Adorno, a teoria positivista tem a pretensão de formular explicações unívocas, simplificadas, harmonizadoras segundo a determinação de seu método, ocultando os antagonismos da realidade efetiva. Assim, as contradições que movem a dialética social escapam ao conhecimento tradicional. O cerne da crítica ao positivismo consiste na recusa da experiência da totalidade falsa do capitalismo dominante em suas produções de conhecimento, satisfazendo-se com os destroços da realidade desprovidos de sentido. Por isso, ao focar na suposta imutabilidade de apenas uma das facetas do objeto dado,

o positivismo faz a mimese da reificação da consciência cognoscente do pesquisador: é o sujeito que se converte em objeto, sacrificando a própria racionalidade. Ao negar as contradições da objetividade, tal sujeito só encontra a própria identidade petrificada onde quer que olhe.

Para Adorno, de início tomado como mero dado reificado, o objeto deve ser mediado pela teoria pensada pelo sujeito, conectando-o à sua gênese. Contudo, nessa mediação, não é somente a visada sobre o objeto que se modifica: é por ter primado pelo objeto existente em seu próprio interior que o sujeito cognoscente passa a se ver como empírico, como situado em uma objetividade tanto quando o “dado”, implicado no mesmo contexto que o objeto, o que o torna apto a uma experiência filosófica verdadeiramente objetiva e crítica na produção de conhecimento. Nesse âmbito, ter uma experiência com o objeto seria, então, refletir sobre ele, vinculando a própria experiência empírica do pesquisador na interpretação do objeto.

A mediação do objeto no sujeito permite que sua racionalidade libere o não-idêntico no próprio sujeito, forçando-o a apresentar-se como antinômico, como internamente contraditório, transcendental e empírico. Por isso, o primado do objeto no sujeito não anula a implicação valorativa e ética do pesquisador na análise do objeto, mas o primado do objeto depende do objeto no pesquisador, requer “mais sujeito”. Isso preveniria a limitação idealista do sujeito que poderia recair no “primado do método” próprio da racionalidade técnica positivista. Além disso, o primado do objeto rivaliza também com o “primado da objetividade naturalizada”, tomada como pronta em sua aparência, evitando também o materialismo raso positivista de um objeto supostamente dado e neutro, pretensamente não mediado por nenhuma teoria subjetiva. Por isso, a teoria crítica acredita continuar refletindo ali onde os positivistas paralisam seus pensamentos. Isso demonstra como há uma crítica contundente à apreensão positivista dos supostos dados, tomados como naturalizados na objetividade, como se eles pudessem ser neutros, isentos e afastados de teorias subjetivas.

Baseando-se em tal ambiente teórico, pergunta-se como foi possível não só a realização dos *Estudos sobre a personalidade autoritária*, enquanto uma pesquisa empírica com técnicas qualitativas e, sobretudo, quantitativas de levantamento de dados realizada por Adorno e coordenada por Horkheimer? Para abordá-lo, devemos nos lembrar que um dos pressupostos do livro assume a teoria do fim do indivíduo e dela se utiliza para sustentar uma relação legítima entre método e produção do conhecimento nas ciências sociais. Nesse sentido, a pesquisa quantitativa mostra ser a técnica mais adequada não para mensurar pessoas, como quer Yerkes, mas para mensurar o preconceito existente nas opiniões de

pseudoindivíduos que se submeteram quase completamente aos ditames da sociedade administrada. Por isso, a pesquisa realizada na obra não estaria escamoteando a situação antagônica entre o social e o individual, mas revelaria como tal antagonismo vem perdendo força por meio da massificação de pessoas quase que destituídas de internalidade crítica. Estando alienadas ao universal, as qualidades únicas de cada ser humano são parcialmente perdidas em reproduções estereotipadas e objetificadas fomentadas pelo social, mesmo quando os pseudoindivíduos estariam supostamente opinando segundo seus próprios pontos de vista.

Daí se segue a metodologia do livro: a obra investiga, mediante análise e classificação de opiniões estereotipadas (enquanto dados objetificados coletados pelas técnicas empíricas), as ideologias que compõem a realidade (esta última interpretada à luz de uma teoria formulada criticamente). Ou seja, os dados levantados pela técnica quantitativa não podem ser confundidos com a análise crítica da realidade social, pois tais dados não passam de objetos parciais relativos a uma sociedade apenas parcialmente reificada. O acesso à realidade deve ter um caráter crítico erigido segundo um forte embasamento teórico que ultrapassa o dado, apesar de partir dele. Assim, o que é concebido como universal, no caso dos *Estudos*, não é a generalização das opiniões coletadas, mas a teoria científica social, em seu diagnóstico social e contradições “emancipatórias”, que sustenta o edifício crítico.

Tal especulação conjuga, então, desde a concepção de uma teoria crítica, que aborda interdisciplinarmente muitas esferas sociais, até possíveis saídas para os impasses da realidade empírica. Com os dados estereotipados coletados, Adorno revela tendências antidemocráticas estereotipadas, bem como certas contradições destas frente às demandas sociais democráticas, bem como em contraste com parcelas racionais e verdadeiramente individuais dos sujeitos. Por isso, em momento algum as opiniões estereotipadas coletadas pela pesquisa quantitativa são confundidas com uma análise subjetiva dos pseudoindivíduos, e muito menos com a totalidade da composição cultural da sociedade: a real subjetividade se mostra justamente nas contradições expressas seja entre diversas opiniões fornecidas pelo mesmo entrevistado, seja na contraposição entre enunciados e experiências de um mesmo entrevistado. Tais contradições são coletadas por meio de técnicas qualitativas de pesquisa, ao passo que é com a teoria que tais tendências são analisadas de forma crítica. A perspectiva emancipadora viria justamente das contradições subjetivas diante das opiniões estereotipadas, demonstrando que os pseudoindivíduos não podem ser completamente determinados pelo social dominador: há

um resto ingovernável das peculiaridades subjetivas que permanece atuante, mesmo que sob repressão, em paralelo com as contradições de uma sociedade não totalmente dominada.

Sobre o conceito de personalidade nos *Estudos*

Diante disso, de um lado, vislumbramos um ambiente científico empírico da sociobiologia que erige um conceito de “personalidade” que permite “mensurar pessoas”; de outro, temos uma pesquisa empírico-teórico-crítica profundamente antipositivista, que carrega em seu título a palavra “personalidade”, mas que não só impede a “mensuração de pessoas”, e sim apenas da “parte reificada e preconceituosa” de suas opiniões. É possível supor, portanto, que a escolha adorniana pela concepção de “personalidade” no título de seu livro publicado originalmente nos Estados Unidos da América desejasse afrontar diretamente a origem dominante e adequadora das ciências biológicas que estava na origem da recepção do revisionismo freudiano naquele país. Resta, então, saber, o que Adorno entende por “personalidade”.

Para a nossa sorte, Adorno nos oferece uma pista: ao ser traduzido para alemão, ambiente de língua materna de Adorno, a palavra “personalidade” ganha a tradução de “caráter”, culminando em algum tipo de vínculo entre ambas as noções para o autor, esta última mais próxima de um ambiente psicanalítico e teórico crítico. Começemos, então, a desembaraçar tal nó conceitual puxando esta última linha.

É em um memorando de 1944 escrito por Adorno que nos é apresentado um conjunto de posicionamentos relativos à interação entre psicanálise e teoria social que guiarão a concepção geral da relação entre indivíduo-sociedade nos anos 1940 para o autor – inclusive aquela seguida nos *Estudos*:

a) Não chamamos de psicológica a influência dos fatores socioeconômicos, já que eles se dão em um nível mais ou menos racional. Eles mais são ideias motivadoras do que forças psicológicas compulsórias. b) O termo “psicológico” deve ser reservado para os traços que são *prima facie* irracionais. Essa dicotomia significa que não aprovamos uma abordagem sociopsicológica à maneira de Fromm, mas pensamos, antes, em termos de motivações racionais e irracionais, que é essencial manter separadas. c) Isso significa, metodologicamente, que nossas análises psicológicas nos levam tão mais a fundo no sentido social quanto mais se abstêm de qualquer referência a fatores socioeconômicos óbvios e racionais e descobriremos o elemento social bem no fundo das categorias psicológicas, mas não pela introdução prematura de causas econômicas e sociológicas superficiais ali onde temos de lidar com o inconsciente, que se relaciona com a sociedade de maneira muito mais indireta e complexa. (Adorno apud Jay, pp. 292-3)

Vemos, então, que para Adorno não só deve ser seguida uma diferenciação entre social e individual, como também haveria uma outra divisão, entre o domínio racional e outro irracional. O campo psicológico é justamente aquele que trata não das defesas e adaptações mais ou menos conscientes do Eu, mas sim de fatores inconscientes, como as reações pulsionais sexuais e agressivas, a organização libidinal, as associações e projeções que não conhecemos e controlamos³. Nega-se, então uma relação direta entre social e racionalidade, assumindo-se uma mediação indireta entre fatores sociais e movimentações inconscientes.

Mantendo tal reflexão em nosso radar, e conforme já exposto em “Sobre caráter e personalidade: as antropologias de Fromm, Horkheimer e Adorno nos anos 1930 e 1940”, Adorno não edifica, propriamente dito, a sua definição de caráter. Mas, ao criticar a noção revisionista pretensamente estável e rígida de caráter egoico, ele, ao mesmo tempo, a desconstrói sem dispensá-la. Adorno inverte seu sinal, assumindo-a pela negativa, como um sintoma. Ao associá-la ao ambiente que social que gerou o caráter, ele demonstra as múltiplas e contraditórias facetas do caráter: “a totalidade sedimentada do caráter, colocada em primeiro plano pelos revisionistas, na verdade é o resultado de uma reificação de experiências reais. Se essas são tomadas como absolutas, então a partir disso pode surgir um refúgio ideológico para o *status quo* psicológico do indivíduo.” (Adorno, “A psicanálise revisada, pp. 49-50) Logo, o caráter coisificado não abarca somente a consciência em nível egóico, mas chega a penetrar no isso que passa, então, a comportar em si conteúdos ideológicos dominantes. Assim, para além do Eu, haveria algum tipo de “totalidade sedimentada do caráter” que relaciona as satisfações das pulsões e desejos, de um lado, e os conteúdos ideológicos do Eu que passam a ser sedimentados na inconsciência, de outro. Trata-se de uma tentativa de repetir no interior a unidimensionalidade que se tenta forjar no exterior: uma formação sistêmica e ideológica que

³ Tal assunção dos antagonismos sociais e conflitos psíquicos pode ser exemplificada com a noção de angústia. Tanto o revisionismo de Fromm em *Fuga para a liberdade* (1941) quanto Horkheimer e Adorno em *Dialética do Esclarecimento* (1947) dão ênfase ao conceito freudiano de angústia em suas análises. Podemos pensar que o revisionismo coincide com a visão dos teóricos críticos ao descrever o ser humano da sociedade capitalista enquanto tomado pela angústia defensiva do Eu, que tenta se ver livre do jugo da ameaça externa e de suas pulsões (natureza interna) para fins de segurança. Um retrato similar a este é produzido em *Dialética do Esclarecimento*. Contudo, apenas uma análise assexual da angústia acaba tornando-se vazia, meramente descritiva, adaptativa, acrítica e, inclusive, excessivamente racional. Por isso, Horkheimer e Adorno recusam a leitura de que a angústia teria uma gênese meramente existencial (resultante da interação indivíduo-sociedade), mantendo a explicação freudiana de que este afeto teria uma origem pulsional e inconsciente, segundo o desenvolvimento da libido. Tal diferenciação torna-se crítica justamente por denunciar, no interior mesmo da dinâmica pulsional, as determinações sociais que culminam na manipulação pulsional e inconsciente para a promoção de alienação e reificação capitalistas. Ao persistir, portanto, na concepção de que psicanálise e teoria social são campos de conhecimento com especificidades próprias é que podemos chegar a uma possibilidade dialética.

procura encobrir as contradições da sociedade, forma de manutenção das estruturas hegemônicas. Assim, as harmoniosas articulações internas de uma unidade psíquica seriam tão falsas quanto a unicidade fictícia do social. Por isso, “classificar tipos de caráter, como fizera Fromm, equivalia a aceitar a existência de indivíduos com o caráter integrado, o que não passava de ‘um disfarce ideológico para o *status quo* psicológico de cada indivíduo’.” (Jay, p. 153.)

Em vez de recusar por completo tal noção, Adorno decide por forjar a sua própria concepção de caráter como uma integração falha de “sistema de cicatrizes” impostas ao indivíduo por uma sociedade “traumática”.

Uma totalidade do caráter, tal como pressuposta pelos revisionistas como dada, é um ideal que somente seria realizável em uma sociedade não traumática. (...) Sua totalidade é fictícia: poderíamos denominá-lo um sistema de cicatrizes, perpetrar essas feridas é propriamente a forma pela qual a sociedade se impõe ao indivíduo, não aquela continuidade ilusória a favor da qual os revisionistas prescindem da estrutura formadas por choques da experiência individual. (Adorno, “A psicanálise revisada”, p. 48-9).

Vejamos, em contraste, como a noção de personalidade aparece nos *Estudos*:

a personalidade é uma organização de forças mais ou menos duradoura dentro do indivíduo. (...) Mas o comportamento, embora consistente, não é o mesmo que personalidade; personalidade está *por trás* do comportamento e *dentro* do indivíduo. As forças da personalidade não são respostas, mas sim *prontidão para respostas*; se a prontidão vai ou não culminar em expressão manifesta, depende não apenas da situação do momento, mas de que outras prontidões estejam em oposição a ela. Forças de personalidade que são inibidas estão em um nível mais profundo do que aquelas que imediata e consistentemente se expressam em comportamento manifesto. (Adorno et al., *The Authoritarian Personality*, p. 5)

Se a personalidade é definida em termos de organização de forças (necessidades, pulsões, desejos, impulsos emocionais) persistentes, ela também está vinculada, assim como a noção de caráter, ao nível da inconsciência “domesticada” pelas situações socialmente impostas. Por não estar apenas vinculada ao nível egoico, a personalidade não pode ser definida pelas respostas comportamentais de um indivíduo, e sim a partir de uma “prontidão” para estas respostas que variam segundo as contradições internas (desde seu nível de expressão mais explícito até o mais desviado, em combinação de graus variados conscientes e inconscientes). Havendo, então, níveis de expressão variados, o trabalho da pesquisa se concentrou em descobrir o que a pessoa entrevistada *realmente queria dizer* dentre do que ela *disse*.

Nesse sentido, a personalidade seria concebida como um sistema aberto e falho consciente e inconsciente de mediação entre os desejos subjetivos e o meio social de interação. Isso porque, ao mesmo tempo em que é formada a partir da influência de determinantes ideológicos, estes não serão aceitos e reproduzidos integral e diretamente, mas são mediados por desejos inconscientes e orientações pulsionais de cada indivíduo. Por isso, a personalidade nos *Estudos* é baseada em muitas contradições internas, algo que não é reconciliável com o entendimento revisionista de caráter unitário, estável e coeso do Eu. Por outro lado, a redefinição adorniana de caráter coaduna com a personalidade, justamente por abarcar não somente as facetas “coisificadas” de um indivíduo que somente repete, sem a menor reflexão, conteúdos ideológicos dominantes, mas também por admitir, repetimos, uma influência de tais conteúdos ideológicos em estratos inconscientes, sexualizados, antagônicos.

Indicações finais de uma antropologia histórica

Conforme o exposto, nos *Estudos*, Adorno não reduz os objetos empíricos a meros dados a serem compilados e manejados conforme a racionalidade técnica positivista. Ao contrário, os dados seriam considerados apenas reveladores parciais de uma situação social mais ampla. Isso mostra como o uso de classificações de conteúdos preconceituosos não se reduz a um procedimento mecânico que seguiria a reificação aparente do objeto, mas os dados são extraídos, organizados e interpretados segundo uma finalidade teórica e social eticamente engajada. Assim, nas ciências sociais produzidas segundo premissas da teoria crítica, as opiniões preconceituosas estereotipadas coletadas representam apenas uma parcela dos indivíduos analisados, de forma que a sua conexão com a real “humanização” e subjetivação ocorre mediante a teoria que o conecta à totalidade sócio-histórica. Ou ainda

o que acontece aqui é profundamente influenciado por fatores econômicos e sociais. Não é só que cada família está tentando criar seus filhos de acordo com os modos de grupos sociais, étnicos e religiosos em que ela está associada, mas fatores econômicos cruciais afetam diretamente o comportamento dos pais em relação à criança. Isso significa que grandes mudanças nas condições sociais e nas instituições terão uma influência direta sobre os tipos de personalidades que se desenvolvem dentro de uma sociedade. (Adorno et al., *The Authoritarian Personality*, p. 6)

Por mais que Horkheimer e Adorno sejam críticos a um modo positivista de se produzir conhecimento, nem toda a pesquisa empírica reduz a pluralidade humana e social a meros dados manipuláveis conforme o positivismo faz com a facticidade. Em outras palavras,

não é porque a pesquisa empírica é geralmente produzida de forma indevida que a teoria crítica deve descartar toda a pesquisa empírica. O que necessita ser feito é um uso teórico adequado dos dados coletados. É precisamente por isso que as investigações empíricas nas ciências sociais não podem ser privilégios de pesquisadores tradicionais, mas devem ser empreendidas por teóricos críticos.

É nesse sentido que os *Estudos* afirmam que os domínios psicológico, sociológico e histórico só podem ser separados artificialmente. É por isso que uma ênfase é dada na obra de Horkheimer e de Adorno como um todo à concepção de antropologia como a “naturalização” em reações inconscientes de etapas da história social na formação humana. A compreensão da psicanálise como antropologia é ponto imprescindível para compreendermos a estratégia que Horkheimer e Adorno empregam para evitar a arbitrariedade de uma psicologização que uma possível generalização dos métodos empíricos de base psicanalítica poderia acarretar. Como expõe o próprio Horkheimer em uma carta a Marcuse:

Eu não tenho que lhe dizer que eu não acredito em psicologia como um meio para resolver um problema de tal gravidade [como o antisemitismo]. Eu não mudei nem um pouco o meu ceticismo em relação a essa disciplina. Além disso, o termo psicologia [...] significa antropologia e antropologia, a teoria do homem como ele se desenvolveu sob as condições da sociedade antagônica. É minha intenção estudar a presença do esquema de dominação na chamada vida psicológica, os instintos e os pensamentos dos homens. As tendências nas pessoas que as tornam suscetíveis à propaganda para o terrorismo são elas mesmas o resultado do terror, física e espiritual, opressão real e potencial. Se pudéssemos ter sucesso em descrever os padrões segundo os quais a dominação opera mesmo nos mais remotos domínios da mente, teremos feito um trabalho valioso. (Horkheimer *apud* Wheatland, p. 244)

O novo tipo antropológico autoritário apresentado nos *Estudos*, portanto, apesar de ser analisado sob o viés psicanalítico, tem sua origem em uma sociedade não menos autoritária.

Como visto, a antropologia seguida por Adorno, formada por uma racionalidade tão defensivamente descrita, é empregada apenas a nível de diagnóstico crítico. Isto é, tal antropologia autoritária é um retrato, a apreensão de um “momento congelado” que integra um processo de dominação que tenta tornar a dialética social e subjetiva estática, que pretende fixar as contradições, esforçando-se para manter a racionalidade apenas em seu nível instrumentalizado em um mundo supostamente unidimensional. Contudo, essa é apenas uma parte da história social e individual, que está em constante tendência e efetivação de subversões dialéticas das condições supostamente estáticas e unidimensionais do sujeito e da sociedade. Deriva em parte disso o pessimismo de tal “retrato antropológico” adorniano, como uma forma de levar a negatividade da dominação ao exagero, procurando em seu

extremo o ponto de virada dialética. Inclusive, é justamente ao enfatizar o extremo individual, com seus destinos sociais e organizações topológicas, que uma leitura social pode ser feita: “a psicanálise radical, ao se dirigir à libido como algo pré-social, alcança tanto filogenética quanto ontogeneticamente aqueles pontos em que o princípio social da dominação coincide com o princípio psicológico da repressão pulsional.” (Adorno, “A psicanálise revisada”, pp. 52-3)

Por fim, penso que a mudança de título na versão em inglês e em alemão do livro serve a estratégias de diálogo e confrontação de Adorno: em um ambiente norte-americano, interessava ao autor confrontar-se com o ambiente da ciências sociobiológicas e psicanálise revisionista e, para tanto, valia refundar a concepção de personalidade; ao passo que, na Alemanha, convinha trazer o conceito de caráter, já presente em um ambiente teórico crítico e psicanaliticamente arraigado, para uma discussão dialética, conflituosa e contraditória própria de Adorno.

Conclusões gerais

Nota-se, com isso, a distância que a noção de personalidade, erigida pela sociobiologia de Yerkes no cenário estadunidense dos anos 1920 elaborado por Haraway a partir de sua perspectiva de gênero é tomado como um dado a ser criticado por Adorno e sua conceituação não total e dialética de personalidade/caráter nos *Estudos sobre a personalidade autoritária* – e textos aparentados. Tal como elaborado na conceituação do primado do objeto, pode-se pensar que a noção de “personalidade” da sociobiologia sofre uma mediação da teoria elaborada por um sujeito situado no mesmo contexto que o objeto investigado, teoria esta que permite a elaboração de uma gênese diagnóstica sobre o conceito da “personalidade” – tal qual Haraway o fez – que o situa em uma situação capitalista monopolista que gerencia indivíduos tanto quanto os forma. Ora, tais indivíduos, assim como o próprio capitalismo, não são totais, mas falham na integração harmoniosa de sua caracterização, sendo concebidos como sistema de cicatrizes em escamoteação repetitiva de suas falhas e buracos. Seria o desnudamento desse mal funcionamento que leva a contradições, permitindo que se mova a dialética indivíduo-social.

Referências

- ADORNO, T. W. “A psicanálise revisada”. In: *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015.
- ADORNO, T. W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Unesp, 2019.
- ADORNO, T. W. “Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã”. In: *Textos Escolhidos*, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- ADORNO, T. W. *Observações sobre “A personalidade autoritária” de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford*, *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 44, n. 2, p. 345-384, Abr./Jun., 2021.
- ADORNO, FRENKEL-BRUNSWIK, LEVINSON & SANFORD. *The Authoritarian Personality*, Harper & Brothers, Copyright American Jewish Committee, 1950. Retirado de: <http://www.ajcarchives.org/main.php?GroupingId=6490> Última consulta em 13 de novembro de 2018.
- COSTA, Virgínia. “Sobre caráter e personalidade: as antropologias de Fromm, Horkheimer e Adorno nos anos 1930 e 1940”, *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*. V. 25, n. 47, p. 87-119, 2018.
- HARAWAY, Donna. *A reinvenção da natureza – Símios, ciborgues e mulheres*. São Paulo: Martins Fontes, 2023.
- JAY, M. *A imaginação dialética – história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas sociais 1923-1950*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- WHEATLAND, T. *Frankfurt School in Exile*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

Data de submissão: 24/07/2024

Data de aprovação: 25/10/2024